

GABRIELA SOUZA RIBEIRO, LAURA BEZERRA MARTINS E CIRCE MARIA GAMA MONTEIRO

O desafio da acessibilidade física diante da sacralização do Patrimônio Histórico e Cultural

*The challenge of physical accessibility on the
sacralization of Historic and Cultural Heritage*

Gabriela Sousa Ribeiro é graduada em Desenho Industrial pela UFMA; doutoranda em Urbanismo no PROURB / UFRJ; Mestre em Design pela UFPE.

Laura Bezerra Martins é graduada em Desenho Industrial pela UFPE, Doutora em Arquitetura pela Universitat Politècnica de Catalunya. Atualmente é Professora Associada do Departamento de Design da Universidade Federal de Pernambuco, onde desenvolve pesquisas no Laboratório de Ergonomia e Design Universal (LABERGOdesign) e no grupo de pesquisa Ergonomia e Usabilidade de Produtos, Sistemas e Produção.

Circe Maria Gama Monteiro é Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFPR, Doutora em Sociologia Urbana na University of Oxford e estágios pós-doutorais na Bartlett School of Architecture - UCL, London e na Faculty of Architecture da University of Sydney. Atualmente é Professora titular do Departamento de Arquitetura da UFPE, onde coordena o Lattice - Laboratório de Tecnologias de Investigação da Cidade.

Gabriela Sousa Ribeiro graduated in Industrial Design from UFMA, is currently a doctoral student in Urban Planning at PROURB/UFRJ and completed her MSc. in Design from UFPE.

Laura Bezerra Martins graduated in Industrial Design from UFPE, has an Architecture PhD from the Universitat Politècnica de Catalunya. She is currently Associate Professor in the Department of Design at the Federal University of Pernambuco, where she conducts research in the Laboratory of Ergonomics and Universal Design (LABERGOdesign) and also in the research group Ergonomics and Usability of Products and Production Systems.

Circe Maria Gama Monteiro is graduated in Architecture and Urbanism from UFPR, has a Urban Sociology PhD from the University of Oxford and post-doctoral internships at the Bartlett School of Architecture - UCL/London and at the Faculty of Architecture of the University of Sydney. She is currently a Full Professor in the Department of Architecture from UFPE, where she coordinates Lattice - City Investigation Technologies Laboratory.

Resumo

Sítios históricos e demais espaços de preservação histórico-culturais de uma cidade consistem num complexo sistema configurado pela diversidade urbana, associada à diversidade de fatores multiculturais e multisociais, traduzindo-se em múltiplas atividades, sendo necessário permitir uso e acesso de todos a estes locais, incluindo as pessoas com restrição de mobilidade. Parte-se do pressuposto que, quando as pessoas não têm acesso aos valores históricos e culturais que tornam esses espaços merecedores de proteção, estes perdem seu uso, sua vida, acarretando em abandono, tornando-se apenas uma edificação, um espaço sem uso, sem cuidado, sem sentido. Objetiva-se discutir como a acessibilidade física pode atuar como agente de preservação em ambientes reconhecidos como Patrimônio Histórico e/ou Patrimônio Cultural, por oportunizar acesso, uso e apropriação sociocultural a maior quantidade de pessoas, aumentando o interesse de mais parcelas da população em conservá-los. Este trabalho apresenta análise crítica, por meio de pesquisas bibliográficas e documentais, sobre os conceitos que permeiam essa discussão, além de exemplos de projetos que consideraram a acessibilidade física em suas intervenções sem descaracterizar o patrimônio. Os resultados obtidos demonstram que tais ações possibilitam amplo acesso e uso por distintos tipos de usuários, independente de suas habilidades ou limitações, expandindo a conservação desses bens pela possibilidade de uso ampliado a mais pessoas. Almeja-se que a discussão contribua para tornar esses espaços acessíveis a maior parcela da população, permitindo que atividades relacionadas a cultura, lazer, turismo, educação, entre outros, de fato, façam parte da vivência sociocultural de mais pessoas, auxiliando-as a se sentirem parte integrante de uma mesma nação, mesma cultura.

Palavras-chave: Patrimônio histórico e cultural. Acessibilidade física. Integração cultural.

Abstract

Historic sites and other places of historical and cultural preservation of a city consists in a complex system set up by urban diversity, diversity of factors associated to multicultural and multisocial aspects, translating into multiple activities, being necessary allow access and use of all these places, including people with mobility restrictions. We assume that when people have no access to historical and cultural values that make these spaces worthy of protection, this spaces lose their use, their lives, leading to abandonment, making it just a building, an unused space, without care, meaningless. In order to discuss how physical accessibility can act as preserving agents in environments recognized as Historic and / or Cultural Heritage, with in access, use and appropriation of sociocultural as many people, increasing the interest of all segments of the population to conserve them, this paper presents a critical analysis through literature searches and document on the concepts that underlie this discussion and examples of projects that consider accessibility in their physical interventions equity without spoiling. The results show that such actions allow broad access and use by different types of users regardless of their abilities or limitations, expanding the conservation of such goods by the possibility of expanded use to more people. We hope that the discussion will help to make these spaces available the largest share of the population, allowing activities related to culture, leisure, tourism, education, among others, in fact, part of the sociocultural experience of more people, helping them to feel part of the same nation, same culture.

Keywords: Historical and cultural heritage. Physical accessibility. Cultural integration.

Introdução

Sítios históricos e demais espaços de preservação histórico-culturais consistem num complexo sistema configurado pela diversidade urbana, associada à diversidade de fatores multiculturais e multisociais, traduzindo-se em múltiplas atividades.

Ao considerar que estes locais são dotados de valores histórico-culturais que, em geral, merecem destaque frente aos elementos da cidade, sendo, inclusive, regidos por legislação específica com finalidade de preservá-los para, entre outros, assegurar sua transmissão a futuras gerações, questiona-se:

Como pessoas com restrição de mobilidade, abrangendo pessoas com deficiência motora, idosos, anões, grávidas, entre outros, podem ter acesso a tão importantes bens histórico-culturais se, em sua maioria, tratam-se de locais que, até pela época de construção, desprivilegiam o acesso desse público?

A discussão, geralmente, baseia-se na impossibilidade de modificação dos bens por receio de perder suas peculiaridades históricas e culturais, em contrapartida, o local sem uso também perde tais características.

Com base em Avrami et al (2000) e Lira (2009), defende-se que, quando as pessoas não têm acesso a edificações e ambientes tidos como Patrimônio Histórico e Cultural, estes perdem seu uso, sua vida, acarretando em abandono, tornando-se apenas edificações, espaços sem uso, sem cuidado, sem sentido. Ocupam um lugar no espaço, mas não têm vida nem função definida.

Avrami et al (2000) afirmam que deve-se reconhecer continuamente que os objetos e os lugares não são, por si mesmos, o que importa no Patrimônio Cultural; são importantes pelos significados e usos que as pessoas atribuem a estes bens materiais e aos valores que representam.

Se tais ambientes ou bens não forem apreendidos pela população, perdem sua função simbólica, além das características histórico-culturais que lhes agregam valor.

Lira (2009) reforça esta ideia ao relacionar o uso, a “vida” do espaço, como forma de manter a autenticidade do mesmo. Para a autora, a autenticidade está na mente das pessoas e é prejudicada à medida que o espaço não possui vida, pois não permite a vida passada, nem que seja criada uma atual. Deste modo, de nada adianta “congelar” o imóvel, não permitir nenhum tipo de alteração na fachada ou no interior na tentativa de torná-lo autêntico, se a “falta de vida” no bem também o descaracteriza, interferindo na sua autenticidade, além de contribuir para sua degradação.

Para ser possível tal apreensão pela população, com vistas a manutenção e preservação do mesmo, é preciso possibilitar pleno uso e acesso por ampla gama de usuários, incluindo pessoas com restrição de mobilidade, permitindo que

a autenticidade seja mantida em função da continuidade da “vida” do espaço. Assim, consentindo que as pessoas conheçam o imóvel como um todo, aprendam seu valor histórico-cultural, sintam-se integradas à cultura e queiram preservar a sua história, a sua cultura, o seu patrimônio cultural. A acessibilidade física a esses bens torna-se fundamental a esta apropriação, uma vez que, a partir dela, maior diversidade de pessoas pode usufruir destes locais.

O Artigo 7 da Carta Internacional sobre Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios, instituída em 1964 em Veneza, respalda a possibilidade de mudanças nos ambientes, ao afirmar que “remoção do todo ou de parte do monumento não deve ser permitida, exceto quando tal seja exigido para a conservação do monumento ou por razões de grande interesse nacional ou internacional” (IPHAN, 2007, grifo nosso).

Ao considerar que: dados do Censo 2010 (IBGE, 2011) apontam, no Brasil, constante crescimento da população idosa e de pessoas com deficiência, estimando quantitativo atual destas pessoas de 12% e 23,91%, respectivamente; para Feijó (2002), mais de metade das pessoas com deficiência em todo o mundo faz parte da população economicamente ativa; percebe-se o expressivo contingente populacional de pessoas que precisam ter seus direitos de cidadãos efetivados, com possibilidade de participar, com segurança e conforto, de atividades ligadas a educação, trabalho, cultura, moradia, turismo e todas as desenvolvidas em espaços de preservação histórico-culturais. Tais ponderações configuram-se como de grande interesse nacional e internacional.

Defende-se que a inclusão de pessoas com mobilidade reduzida a esses espaços colabora com a manutenção dos mesmos por concordar com Florissi e Valiati (2009) e Mourthé (1998): valorização e preservação de bens públicos ou privados estão relacionadas à sensação de pertencimento, agradabilidade e respeito.

A partir do sentimento de pertencimento de uma comunidade a um bem e/ou fazer cultural e a seu entorno, será possível identificar valor nessa relação, ainda que não na perspectiva econômica. A ocupação do espaço cria vínculos de pertencimento que agregam valor ao tecido urbano, a partir de locais voltados a práticas culturais como signos de reconhecimento dos agentes que ali transitam (FLORISSI; VALIATI, 2009).

Com base no exposto, pretende-se discutir como a acessibilidade física pode atuar como agente de preservação em ambientes reconhecidos como Patrimônio Histórico e/ou Patrimônio Cultural, por oportunizar acesso, uso e apropriação cultural a mais pessoas, aumentando o interesse de maior parcela da população em conservá-los.

Para atingir os objetivos pretendidos, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais para obtenção de visão crítica sobre o assunto. Primeiramente, expõem-se aspectos que englobam conceitos de patrimônio e autenticidade para, em seguida, versar sobre como a acessibilidade física pode ser inserida nesse contexto.

Autenticidade do patrimônio histórico e cultural

Aguirre et al (1997) afirmam que é difícil definir um conceito de patrimônio, pois este termo envolve amplos e diferentes campos. “Patrimônio” e “patrimonial” são termos utilizados por especialistas. O homem comum, quando quer dar sentido de valor a algo, diz que é um patrimônio. Mas há um ponto comum em todas as possibilidades conceituais, o patrimônio é algo de valor, que se transmite e que todos utilizam, seja individual ou coletivamente.

Na perspectiva antropológica, patrimônio equivale à cultura. Assume função globalizante, trata do principal testemunho da contribuição histórica para as civilizações universais, da capacidade criativa contemporânea.

Para Choay (2001), Patrimônio Histórico designa um bem destinado a usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes dos seres humanos. Tornou-se expressão-chave da tribo midiática. Remete a uma instituição e a uma mentalidade.

Ao corroborar com a autora, questiona-se como esse tipo de bem pode ser usufruído pela comunidade quando parte desta não tem acesso a ele devido a sua configuração física e espacial que, “congelada” no tempo, não permite modificações que facilitem o uso e a circulação de pessoas com restrição de mobilidade?

Choay (2001) afirma, ainda, que o domínio patrimonial deixou de se limitar a edifícios individuais. Embasa sua colocação ao verificar a lista de Patrimônio Mundial estabelecida pela UNESCO, com aglomerados de edificações e malha urbana, aglomerados de casas e bairros, aldeias, cidades inteiras.

Gutierrez (1989) acrescenta que o conceito de histórico, quando relativo a áreas urbanas, adquire dimensão mais ampla, na qual se valorizam não somente meros acontecimentos do passado, mas, em especial, testemunhos de uma formação cultural que se vão enriquecendo através do tempo histórico. Por isso, o histórico é componente do aspecto cultural e os critérios de valorização dessa área aproximam-se dos valores históricos, artísticos e estéticos, incluindo condições de paisagem urbana e qualidade de vida oferecidas a seus ocupantes ou os usos que lhe conferem seu caráter específico.

Assim, reafirmam-se os questionamentos: como cidades podem limitar o uso e o acesso de algumas pessoas, em função de habilidades e limitações, se o direito à igualdade é uma conquista básica de todo cidadão? E como as pessoas podem se sentir parte de uma mesma nação se são tolhidas de usufruir de seus bens históricos e culturais?

Estes questionamentos ficam ainda mais polêmicos se considerada a visão de Martins (2006) sobre evolução do termo Patrimônio Histórico. Para o autor, o conceito de Patrimônio Cultural foi paulatinamente tomando o lugar do conceito de Patrimônio Histórico e Artístico, usado desde o século XIX. Tornando-se um conceito mais amplo, foi introduzido em função da atualização dos estudos, permitindo abrangência da área em consonância à concepção antropológica de cultura.

Para Martins (2006, p. 42), Patrimônio Cultural:

(...) envolve em grande escala o feito humano atrelado a um contexto. Uma vez que todo o espaço ocupado pelo homem pressupõe uma atuação que significa a busca de sobrevivência e bem-estar, o espaço geográfico natural está impresso pelo resultado da ação do homem, o que nos leva a inferir que tudo que representa a impressão, seja no nível material ou simbólico, representa uma interferência humana que significa cultura, que, por sua vez, também é Patrimônio Cultural.

O Patrimônio, assim, não é algo sem importância, fruto de convenções sociais. É dinâmico, serve para proporcionar um aprofundamento nos contextos sociais, históricos, econômicos etc.

No âmbito brasileiro, a constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais se dá em função do valor que lhes é atribuído. Enquanto manifestações culturais e símbolos da nação, esses bens passam a ser merecedores de proteção, visando sua transmissão a gerações futuras. As políticas de preservação atuam, basicamente, no nível simbólico, objetivando reforçar identidade coletiva, educação e formação de cidadãos (FONSECA, 2005). Ou seja, além de servirem ao conhecimento do passado, os remanescentes materiais de cultura são testemunhos de experiências vividas, coletiva e individualmente. Além de permitirem às pessoas lembrar e ampliar o sentimento de pertencer a um mesmo espaço, de partilhar certa cultura e desenvolver a percepção de um conjunto de elementos comuns, que fornecem o sentido de grupo e compõem a identidade coletiva.

Pondera-se, a partir do Programa Monumenta, do Ministério da Cultura (2005), que todo patrimônio, embora representante de um passado, tem função atribuída no presente, visto que é no presente que ocorre sua existência. Também podem ser exercidas diversas atividades nestes locais, como as relacionadas a moradia, trabalho, lazer e turismo, não representando somente a sobrevivência de uma ordem tradicional. Daí a importância destes ambientes permitirem condições de uso e acesso a ampla heterogeneidade de usuários, independente de habilidades e limitações.

A legislação visa à proteção do bem em função de sua autenticidade, uma vez que a condição de ser autêntico é requisito fundamental para atribuição de interesse patrimonial ao bem cultural. Em contrapartida, até que ponto o “congelamento” do bem, dificultando ou impedindo alterações em suas características físicas, para evitar interferências na sua autenticidade, de fato, contribuem

para esta, por manter o bem intacto, ou aceleram seu processo de degradação, já que parte da população não tem acesso a ele e, por isso, não se apropria dele, perdendo o interesse por sua conservação?

Zancheti et al (2008), quando tratam da autenticidade das cidades, constatam que sua verificação se dá a partir de um reconhecimento coletivo, ou seja, intersubjetivo, por meio do qual a sociedade busca sua autenticidade. Baseados em Lowenthal (1999), os autores frisam que as gerações veem a autenticidade de diferentes formas, refletindo suas necessidades de verdade, padrões e credos nos usos do seu patrimônio.

Desse modo, o espaço e o tempo são dois aspectos essenciais para contextualizar e definir autenticidade. Esta relativização espaço-temporal do conceito, presente na abordagem de vários autores, é igualmente validada nas cartas patrimoniais. Ao analisar as cartas patrimoniais, Zancheti et al (2008) constataram que, mesmo com avanços das duas últimas décadas na construção de entendimentos teórico-metodológicos para a autenticidade, ainda há necessidade de maiores aprofundamentos. As lacunas apresentam-se na complexidade de sua conceituação e nas dificuldades de operacionalização.

Em contrapartida, neste trabalho, cabe ressaltar a Declaração de San Antonio (1996), que, com noções semelhantes às presentes nos documentos de Nara (1994) e de Brasília (1995), reafirma que as transformações são intrínsecas ao patrimônio, não necessariamente diminuindo seu significado. A Declaração também enfatiza a importância de se considerar os valores atribuídos pelas comunidades no julgamento da autenticidade.

Com base no exposto, percebe-se que os usos e costumes, os fatores culturais, não podem estar dissociados do conceito de autenticidade. E só é possível existir cultura num espaço quando este possui “vida”, quando permite à população realizar atividades representativas de uma cultura, passada ou presente, contribuindo à preservação cultural tanto do bem como das atividades realizadas.

Neste sentido, podem ser preservados os usos e costumes tradicionais e podem surgir novos usos e novos usuários, que, ao longo de suas vidas, têm necessidades diferentes em relação a um bem, a um ambiente. Portanto, a acessibilidade física permite a usuários de ampla gama antropométrica, funcional e etária utilizar, em condições de segurança e igualdade, bens e ambientes considerados patrimônio histórico e cultural sem descaracterizá-los em sua autenticidade.

Assim, pode-se relacionar a acessibilidade física ao Patrimônio Histórico e Cultural a uma das duas grandes escolas de pensamento em torno da Restauração – objetocentrismo e funcionalismo –, interessando a este trabalho a última.

Enquanto que o Objetocentrismo centra-se no objeto cultural e em sua proteção como valor em si mesmo, o Funcionalismo sustenta que os objetos que formam o patrimônio cultural não podem nem sequer ser identificados sem uma referência à sociedade e a seu significado (MÜLLER, 1998, p. 400).

Para Viñas (2003), na visão das teorias tradicionais da Restauração, devem ser restauradas as funções intangíveis do bem; quando restauradas funções funcionais, significa que são reparadas. Enquanto a Teoria Contemporânea da Restauração é primordialmente funcional.

Restaurar é reparar mecanismos etéreos, pôr num ponto que o objeto tratado possa ser melhor que antes, possa ser útil em vários sentidos, fazer funcionar como símbolo ou como documento melhor do que o faz agora, do mesmo modo que quando se conserva, se pretende garantir essa eficácia. Assim, pode-se afirmar que a Teoria Contemporânea da Restauração é primordialmente funcional. Diferente de outros enfoques, não estabelece a verdade como fim último, e sim a eficácia funcional dos objetos, que para os objetos de Restauração incluem a eficácia simbólica ou historiográfica (VIÑAS, 2003, p. 159).

O autor admite como aceitável introduzir elementos contemporâneos a bens de Restauo, questionando-se se é aceitável não devolver à Torre de Pisa a seu estado vertical, não pintar as estátuas gregas de cores vivas ou não completar a Vênus de Milo, por exemplo. E afirma que, para as teorias clássicas, a resposta provavelmente seria negativa. Porém, na interpretação funcional da Teoria Contemporânea, a resposta poderia ser afirmativa, se isso contribuir para o objeto funcionar melhor como símbolo ou como documento; ou negativa, se o fizesse funcionar pior.

Destarte, defende-se a possibilidade de realizar intervenções com fins de acessibilidade física em ambientes considerados patrimônio histórico e cultural pela afirmativa dessas ações contribuir para o uso desses espaços, reforçando-os como símbolos de uma nação, por possibilitarem amplo acesso e uso pela população, indiscriminadamente. Permitindo que maior quantidade de pessoas apreenda os significados históricos e culturais da nação a partir do usufruto desses ambientes e demais elementos que os compõem.

Acessibilidade física em patrimônio histórico e cultural

Exemplo de projeto de acessibilidade física a Patrimônio Cultural bem conhecido e que trouxe ganhos ao monumento foi a intervenção realizada no Cristo Redentor, na cidade do Rio de Janeiro-RJ.

Tombado em 1973, pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), em 1990, pelo município do Rio de Janeiro e, em 2007, eleito uma das 7 novas maravilhas do mundo, o monumento do Cristo Redentor é um espaço no qual a acessibilidade foi incorporada sem prejudicar o caráter histórico e cultural do local. Ao contrário, o acesso facilitado ao mirante contribuiu para aumentar o número de visitantes a este importante monumento.

Alternativa aos 220 degraus da antiga escadaria de acesso à estátua do Cristo Redentor, foram instalados 3 elevadores e 4 escadas rolantes. O novo sistema mecânico beneficia visitantes que antes subiam os degraus com dificuldade, principalmente idosos e obesos, além de permitir o acesso de pessoas com deficiência física (PROJETO CRISTO REDENTOR, 2008).

As facilidades instaladas no caminho para chegar aos pés da estátua não impactaram negativamente na paisagem ou no monumento em si. A primeira vista da cidade é descortinada por uma torre de 33m, com elevadores panorâmicos com capacidade para até 13 pessoas ou 1 tonelada. A viagem leva cerca de 20 segundos e tanto a velocidade quanto a capacidade dos elevadores foram calculadas para que a espera máxima, em momentos de pico, não ultrapasse 6 minutos.

A figura [1] mostra as escadas rolantes em harmonia com o conjunto, não o descaracterizando, nem interferindo na paisagem. Foram instaladas 4 escadas rolantes, 2 para a subida e 2 para a descida. Elas têm 16m de comprimento, 30° de inclinação, com degraus com 80cm de largura, 50cm de profundidade e 13,5cm de altura, com velocidade de 0,5 m/s. Cada dupla de escadas vence um desnível de 6m e é interligada por passarelas que conduzem os visitantes ao monumento. O tamanho dos degraus e a velocidade da escada permitem que a mesma seja utilizada, com segurança, por pessoas em cadeiras de rodas.

FIGURA 1

Escadas rolantes para facilitar acesso ao monumento do Cristo Redentor.

Fonte: MOREIRA, 2008.



Vale ressaltar que as intervenções com vistas à acessibilidade física realizadas no monumento do Cristo Redentor, no que diz respeito às escadas rolantes, requer a presença de profissionais treinados para condução de pessoas usuárias de cadeiras de rodas. De fato, não se configura como a solução ideal, já que a autonomia dessas pessoas não foi considerada em sua plenitude. Ainda assim, segundo Projeto Cristo Redentor (2008), com a conclusão das obras, houve um crescimento no número de visitantes com dificuldades de locomoção.

A acessibilidade física incentivou a visita de turistas e cariocas ao Cristo, facilitando acesso de todos ao monumento. Mais pessoas tiveram a oportunidade

de entrar em contato com o bem, reforçando o valor histórico e cultural atribuído ao mesmo. Além de ter contribuído para novos usos, como, por exemplo, missas celebradas aos domingos no local, permitindo que a comunidade local usufrua mais do monumento, ao invés dele servir apenas de ponto turístico.

Áreas urbanas de valor patrimonial são fato histórico, cultural, estético, social e econômico produzidos coletivamente, em longo processo de construção. Mason et al (2000) apontam que ambientes considerados Patrimônio Histórico e Cultural são tradicionalmente polifuncionais. A tendência à monofuncionalidade os desequilibra e os atrofia, como também o seu entorno.

Com base no Programa Monumenta (2005), entende-se que a funcionalidade e conservação desses ambientes são possíveis a partir de diversas atividades que dão vida aos mesmos. Pois, segundo os autores, estes locais podem ser compreendidos como conjuntos organicamente funcionais, que mostram grande variedade de funções, abrangendo público e privado, sagrado e religioso, comércio, indústria e habitação, elite e popular, autóctone e exógeno. Daí a importância de permitir amplo acesso e uso por todos.

Contudo, ao realizar levantamento, a partir de pesquisas bibliográficas e documentais, das condições de acessibilidade física em locais considerados Patrimônio Histórico e Cultural no Brasil e no mundo, Ribeiro (2008) conclui que os direitos de ir e vir de pessoas com restrição de mobilidade ainda são tolhidos por ambientes que desconsideram a variedade de características, habilidades e limitações dos usuários. Relata, ainda, pouca quantidade de estudos sobre tal interação.

Para alcançar a autonomia e a acessibilidade em propriedades históricas e culturais, deve-se realizar planejamento cuidadoso, consulta a especialistas e projeto, respeitando as peculiaridades do imóvel e de seu entorno. Jester e Park (1993) recomendam identificar e executar modificações de acessibilidade física que protejam a integridade e o caráter histórico das propriedades a partir de 3 aspectos:

- rever o significado histórico da propriedade e identificar suas características;
- avaliar a propriedade existente e requerida ao nível da acessibilidade física; e
- avaliar opções da acessibilidade física dentro de um contexto de preservação.

Ainda segundo os mesmos autores, soluções em relação à acessibilidade física em propriedades históricas devem proporcionar a todas as pessoas maior autonomia possível com segurança, sem ameaçar ou destruir materiais e características que tornam a propriedade significativa. Para tal, sugerem que se forme uma equipe composta de pessoas com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade, preservação histórica e construção, que deverão

ser consultadas quanto às soluções desenvolvidas. As alterações devem ser compatíveis visualmente com a propriedade histórica e, sempre que possível, reversíveis, isto é, se o novo recurso for removido, no essencial, a integridade da propriedade não seria prejudicada. A concepção de novos recursos também deve ser diferenciada de modo que a evolução da propriedade seja evidente.

Entre as propostas de modificações dos autores, destacam-se: rotas acessíveis entre estacionamento, áreas de circulação de pedestres e edificações; entrada à edificação pela mesma utilizada por pessoas sem deficiência, que pode ser alcançada a partir da instalação de rampas, elevadores, plataformas, além de corrimãos e guarda-corpos ao longo de rampas e escadas; mobiliário urbano que possa ser usado por pessoas com e sem deficiência; banheiro público acessível.

Para reabilitar de modo integral um patrimônio histórico e cultural, Ubierna (1996) destaca que é necessária ação conjunta entre administração pública, comunidade e órgãos de fomento.

Ribeiro (2008), em sua pesquisa, aponta exemplos de sítios históricos e de locais de preservação histórica e cultural que alcançaram a acessibilidade física, tanto em ambientes internos como externos. Destaca as intervenções realizadas na Espanha, que trataram a questão como fator chave para melhoria do entorno urbano, onde a acessibilidade física atribuiu qualidade de vida a todas as pessoas. Os trabalhos realizados em Madri, na Espanha, são exemplos de que quando os atores certos são envolvidos num trabalho coletivo, consegue-se alcançar resultados satisfatórios a todos.

Para Ubierna (1996), as obras de reabilitação do sítio histórico de Madri representam melhora notável nas infraestruturas e pavimentações tratadas. Em relação à Plaza del Dos de Maio e seu entorno, no bairro de Maravillas, as medidas de acessibilidade aplicadas incidem em diferentes elementos de urbanização, como: faixas mínimas, inclinações longitudinais e transversais, rampas, desníveis, corrimãos, disposição adequada do mobiliário urbano, proteção e sinalização de obras em via pública, sinalização em geral.

Entre as ações realizadas, destaca-se a preferência dada ao pedestre frente aos veículos. Nas ruas com 7m de largura, o estacionamento de veículos foi eliminado, nivelando a calçada ao mesmo patamar da rua, sendo definidas e separadas pela diferença de materiais de revestimento na pavimentação e por fradinhos alinhados na mesma direção, que protegem a área de circulação aos pedestres [figura 2]. Os pedestres podem se deslocar sem se preocuparem com a necessidade de transpor ruas e calçadas em níveis distintos.

FIGURA 2

Eliminação de barreiras na transposição entre ruas e calçadas no entorno à Plaza del Dos de Maio, em Madri.

Fonte: MARTÍNEZ-CAMPOS, 2000.

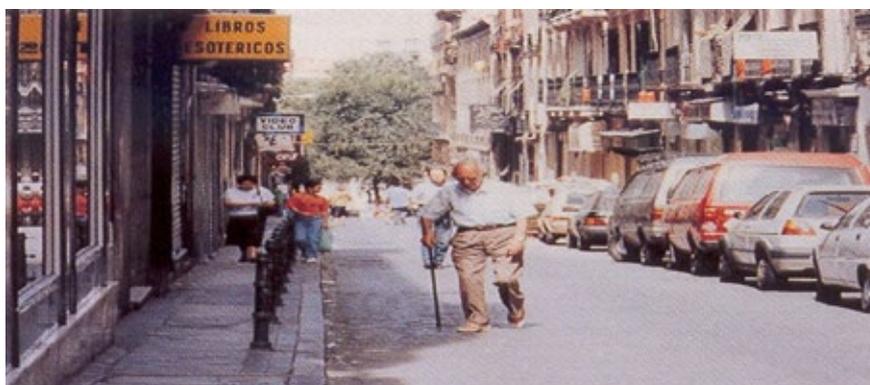


No caso das ruas com 10m de largura, o estacionamento foi organizado em fila indiana, alinhado na mesma direção do mobiliário urbano, que foi deslocado das calçadas para as vias, permitindo que as primeiras fossem desobstruídas e permitissem a circulação dos pedestres com mais facilidade. A figura [3] mostra como eram as calçadas antes da intervenção, ilustrando que a disposição do mobiliário urbano e a pavimentação das calçadas com material de revestimento irregular dificultavam o deslocamento das pessoas pelas mesmas.

FIGURA 3

Estado anterior à intervenção.

Fonte: MARTÍNEZ-CAMPOS, 2000.



As próximas figuras [4 e 5] demonstram as melhorias obtidas após intervenção na área. A partir da figura [4], percebe-se a calçada desobstruída que, aliada à substituição do material de revestimento dos pisos, facilita o deslocamento dos pedestres. Enquanto a figura [5] mostra o detalhe do mobiliário urbano alinhado na mesma direção do local destinado ao estacionamento de veículos, auxiliando, inclusive, na demarcação deste espaço.

FIGURA 4

Calçada desobstruída.

Fonte: MARTÍNEZ-CAMPOS, 2000.



FIGURA 5

Mobiliário urbano reorganizado.

Fonte: MARTÍNEZ-CAMPOS, 2000.



Conforme Ubierna (1996), as transformações realizadas na Plaza del Dos de Mayo foram de cunho não apenas formal, mas qualitativo, optou-se por ações mais discretas, integrando a acessibilidade física ao conjunto, não deixando, entretanto, de serem eficientes. Entre as melhorias, destaca-se a harmonia entre níveis diferentes de pavimentos, vinculados mediante suave caminho ao longo da rampa. Esta garante tanto acessibilidade e livre circulação de qualquer pessoa, como a criação de um espaço mais acolhedor e equilibrado, estabelecendo diálogo entre o centro da praça e seu perímetro [figura 6].

FIGURA 6

Plaza del Dos de Mayo:
rampa integrada.

Fonte: MARTÍNEZ-CAMPOS, 2000.



Ainda em Madri, o entorno da Plaza Mayor, situada em Arrabal, uma zona de comércio e lazer e de alto interesse turístico, também sofreu intervenções de revitalização que contemplaram a acessibilidade física (UBIERNA, 1996). Entre as quais, destaca-se a eliminação de barreiras na Rua del Arco del Triunfo, ruela coberta que se comunica com a Plaza Mayor. Foram eliminados degraus que existiam e que dificultavam a circulação de pedestres, não apenas daqueles com deficiência, mas também de idosos, pessoas com crianças de colo, com carrinhos de bebê, transportando cargas, etc. A figura [7] mostra a situação antes da intervenção.

FIGURA 7

Desníveis e design inapropriado de grelha.

Fonte: MARTÍNEZ-CAMPOS, 2000.



Além dos degraus, outra barreira antes presente no local era o design inadequado das grelhas para escoamento pluvial, que da maneira apresentada na figura [7] aumenta o risco de quedas, a partir do engate de rodinhas de cadeiras de rodas nos vãos, por exemplo.

Para proporcionar aos usuários rota acessível, os degraus foram eliminados pelo rebaixamento da calçada em frente à faixa de pedestres e substituíram-se as grelhas para escoar água por outras com design adequado, permitindo que o itinerário faixa de pedestres, Rua del Arco de Triunfo e Plaza Mayor fosse seguro e acessível a todos. A figura [8] traz as melhorias alcançadas com a intervenção, a partir da qual é possível perceber a rota acessível.

FIGURA 8

Itinerário acessível.

Fonte: MARTÍNEZ-CAMPOS, 2000.



No Brasil, segundo dados da pesquisa de Ribeiro (2008), foram realizadas ações visando acessibilidade física em algumas cidades do país (Pirenópolis-GO, Manaus-AM, São Francisco do Sul-SC, Recife-PE, São Luís-MA, entre outras). Destacam-se as análises realizadas em Pirenópolis, em Goiás (SOARES, 2003), no centro histórico de São Luís, Maranhão (RIBEIRO, 2008) e no bairro do Recife Antigo, na capital pernambucana (MELO; SILVA, 2006).

Dentre os projetos realizados, o sítio histórico de Pirenópolis-GO destaca-se no cenário nacional. O projeto, realizado em 2000, foi denominado “Pirenópolis sem Barreiras – Patrimônio para Todos”. Segundo Soares (2003), teve como objetivo promover intervenções urbanas ao longo de toda a cidade para permitir o acesso confortável, seguro e independente de pessoas com algum tipo de restrição de mobilidade.

Pode-se afirmar que o projeto foi um marco na questão da acessibilidade física em sítios históricos brasileiros por procurar promover o acesso irrestrito das pessoas, envolvendo toda a comunidade na solução deste desafio. Porém, alguns de seus resultados são questionáveis. Num projeto que visava a autonomia de pessoas com restrição de mobilidade, não foram consideradas facilidades como corrimãos e guarda-corpos; a instalação de algumas rampas mal executadas e/ou mal projetadas obrigam que as pessoas, principalmente as usuárias de cadeira de rodas, utilizem a rampa, mesmo sem intenção de acessar o prédio, como demonstra a figura [9].

FIGURA 9

Situação posterior à intervenção na Prefeitura Municipal de Pirenópolis/GO: rampa torna-se uma barreira ao longo da calçada.

Fonte: SOARES, 2003.



Ao compará-la à figura [10] (mesma edificação, antes da intervenção), percebe-se que, ainda que fosse difícil acessar o prédio da prefeitura em função da barreira imposta, a calçada estava desobstruída para a passagem de pedestres, com ou sem dificuldades de locomoção. Este é um exemplo de que, ao adequar espaços ponderando a acessibilidade, as intervenções devem ser projetadas pensando no design universal, facilitando a vida de todos e não apenas de um grupo.

No sítio histórico de São Luís, Maranhão, a acessibilidade física foi considerada em algumas de suas ruas, a partir da instalação de rampas de acesso entre vias e calçadas (RIBEIRO, 2008). Ou seja, a acessibilidade foi vista como fator pontual,

ao mesmo tempo em que o acesso às calçadas é facilitado, diversas barreiras são encontradas nos acessos a prédios públicos e coletivos, como museus e lojas de artesanato.

Melo e Silva (2006) realizaram estudo sobre acessibilidade física no Bairro do Recife Antigo (Recife-PE), buscando compreender como questões sociais e legais, em relação à acessibilidade, desenvolvimento sustentável e preservação do patrimônio histórico se relacionam no local. Perceberam que, mesmo na tentativa de atingir rotas acessíveis de turismo e serviço, a acessibilidade física não foi tratada de forma global, não alcançando, de fato, o esperado, já que pouco foi feito em favor da acessibilidade e, quando feito, ocorreu de forma isolada. Ou seja, algumas barreiras foram eliminadas pela instalação de rampas nas calçadas, mas isso não resultou em acesso livre para as pessoas com deficiência, impedindo-as de usufruir de imóveis de preservação e das manifestações culturais que ocorrem no ambiente. Para os autores, a acessibilidade mostra-se, antes de tudo, uma prática social, sua promoção contribui para tornar as condições de mobilidade urbana mais adequadas, atendendo a todos, visto que cada um tem diferentes capacidades, limitações e necessidades.

A partir do exposto, percebe-se que as intervenções com base na acessibilidade física realizadas em locais de preservação histórico-culturais brasileiros são pontuais. Não há preocupação entre os projetistas em encarar tais projetos com caráter sistêmico, englobando desde transporte público, áreas de circulação livres públicas, até acessos às edificações e deslocamento dentro das mesmas. Caso não haja tal caráter sistêmico, não haverá, de fato, condições de autonomia com segurança e conforto aos usuários, em especial àqueles com restrição de mobilidade.

Em contrapartida, as intervenções realizadas na Espanha, com caráter sistêmico, preservando valores históricos e culturais dos espaços, confirmam a possibilidade de permitir uso e acesso de ampla gama antropométrica aos mesmos. Assim como corroboram com a premissa de que quanto mais pessoas utilizarem tais ambientes, mais vida eles terão, logo, mais apropriação pela população, aumentando o número de indivíduos querendo preservá-los.

Permitir a acessibilidade física a todos os locais, incluindo os de caráter histórico e cultural, vai além da simples instalação de rampas. As pessoas com restrição de mobilidade precisam sentir-se, de fato, integradas às atividades de sua cultura e história.

Essa integração pode ser encarada como a humanização dos ambientes. Conforme Bins Ely (2004), consiste na qualificação do espaço construído de forma a prover o usuário, foco central de todo projeto, de conforto físico e psicológico, a partir de atributos ambientais que tragam sensação de bem-estar. Esses atributos provocam estímulos sensoriais e evocam respostas no comportamento e nas atitudes dos usuários.

Se um usuário de muletas viaja com a família e eles decidem ir a um determinado museu, assim como seus familiares sem restrição de mobilidade poderão ter acesso a todo o acervo, sua limitação física não deverá ser impeditiva para que ele usufrua do mesmo. Se um usuário de cadeira de rodas decide passear sozinho num determinado sítio histórico, os caminhos e dispositivos de acesso e uso deverão permitir que ele usufrua dos ambientes e bens históricos e culturais com autonomia e segurança. Pois, se constantemente ele precisar pedir ajuda para subir uma rampa mal projetada e/ou mal executada, se precisar ser carregado para transpor escadas e não puder passar entre as mesas de um restaurante para chegar à mesa vaga, possivelmente ele desistirá de conhecer o local e não mais terá vontade de retornar ao mesmo.

A sensação de limitação percebida pelas pessoas com restrição de mobilidade depende das condições de acesso e deslocamento dos espaços. Quando estes dão condições às pessoas para realizarem suas atividades em condição de igualdade aos demais, as deficiências e limitações são eliminadas, ainda que não deixem de existir. Ao contrário, quando o ambiente é hostil às pessoas com limitações, as deficiências se sobressaem. Portanto, a humanização do espaço precisa abranger aspectos que eliminem barreiras e sejam condizentes às capacidades e limitações de ampla gama populacional.

Considerações Finais

Ainda que haja ambientes considerados Patrimônio Histórico e Cultural que alcançaram a acessibilidade física sem prejudicar seus valores históricos e culturais, pessoas com restrição de mobilidade ainda são segregadas de muitos desses locais. No âmbito brasileiro, percebem-se diversos projetos comprometidos apenas com a aplicação da NBR 9050 (ABNT, 2004), que encaram a instalação de rampas, por vezes mal executadas, como a solução ao problema. Faz-se necessário perceber que as diretrizes estabelecidas na Norma são parâmetros mínimos que se precisa obter, muito mais pode ser feito.

Para alcançar acessibilidade física em locais de preservação histórico-culturais, sem ameaçar as características que os tornam significativos, é necessário analisar cada local de acordo com suas particularidades, envolvendo ação conjunta entre especialistas, gestores e usuários, proporcionando à maior quantidade de pessoas autonomia e segurança na realização de suas atividades. Contribuindo, ainda, para conservação destes locais pela população, por todos se sentirem parte integrante do mesmo espaço. Da mesma forma que aqueles espaços que não são condizentes às características de seus usuários tendem a ser modificados pelos mesmos na tentativa de atender a seus padrões de uso.

Com base na Teoria Contemporânea do Restauro e nos princípios de que para serem considerados Patrimônio Histórico e Cultural os bens precisam ter seus valores reconhecidos por seus usuários, enfatiza-se que a acessibilidade física a

estes espaços e bens permite que ampla gama populacional usufrua de valores históricos e culturais destes locais.

Ressalta-se que ainda há muito a ser feito em prol da acessibilidade ao Patrimônio Histórico e Cultural. Além da acessibilidade física, é necessário ponderar soluções que abranjam a acessibilidade integral, humanizando os espaços e permitindo, de fato, amplo acesso e uso a todos, indiscriminadamente.

Não se pretende esgotar a discussão sobre o assunto. Porém, pondera-se que pesquisas neste âmbito contribuem ao incremento da qualidade de vida de maior parcela de pessoas, uma vez que dão subsídios para tornar a sociedade mais inclusiva, permitindo uso e acesso, em condições de igualdade, a pessoas com e sem deficiência a valores históricos e culturais.

Referências

ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2004.

AGUIRRE, A. et al. **Cultura e Identidade Cultural**. Barcelona: Bardenas, 1997.

AVRAMI, E. et al. **Values and Heritage Conservation**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2000.

BINS ELY, V. H. M. **Acessibilidade Espacial** – condição necessária para o projeto de ambientes inclusivos. In: Moraes, A. (org.). *Ergodesign do Ambiente Construído e Habitado: Ambiente urbano, Ambiente Público, Ambiente Laboral*. Rio de Janeiro: iUsEr, 2004.

BRASIL. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. **Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste**. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. da UNESP, 2001.

FEIJÓ, A. R. A. **Direitos humanos e proteção jurídica da pessoa portadora de deficiência: normas constitucionais de acesso e efetivação da cidadania à luz da Constituição Federal de 1988**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2002.

FLORISSI, S.; VALIATI, L. **Construção de lugares de consumo e práticas culturais**. In: CRIBARI, I. (Org.). *Economia da cultura*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2009.

FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; MinC – Iphan, 2005.

GUTIERREZ, R. **Arquitetura latino-americana**. Tradução Isa Maria Lando. São Paulo: Nobel, 1989.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Censo 2010**, Amostra. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 27 dez. 2011.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 17 abr. 2007.

JESTER, T. C.; PARK, S. P. Making Historic Properties Accessible. **Washington: Technical Preservation Services**. National Park Service, U. S. Department of the Interior, 1993. Disponível em: <<http://www.nps.gov/history/HPS/tps/briefs/brief32.htm>>. Acesso em: 17 out. 2006.

LIRA, F. B. **Patrimônio Cultural e Autenticidade: Montagem de um Sistema de Indicadores para o Monitoramento**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano). Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Recife, 2009.

MARTÍNEZ-CAMPOS, L. A. **Por un Madrid Accesible a todos**. Madrid: Ed. Gerencia Municipal de Urbanismo del Ayuntamiento de Madrid, 2000.

MARTINS, C. **Patrimônio Cultural e Identidade: significado e sentido do lugar turístico**. In: Clerton Martins (org.). **Patrimônio cultural: da memória ao sentido do lugar**. São Paulo: Roca, 2006.

MASSON, D. et al. **Requalificação, Revitalização e Sustentabilidade dos Centros Históricos: um projeto urbano**. RELATÓRIO FINAL. In: SIRCHAL - SEMINÁRIO INTERNACIONAL - ENCONTRO SIRCHAL, 4. Salvador, 2000. Disponível em: <<http://www.archi.fr/SIRCHAL/seminair/sirchal4/relatVPT.htm>>. Acesso em: 04 abr. 2006.

MELO, J. A. C.; SILVA, K. M. A. Um diagnóstico no Bairro do Recife. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 26. Fortaleza, 2006. **Anais**. Fortaleza: ENEGEP, 2006.

MOREIRA, A. Turismo e arquitetura: a produção do atrativo via singularidade / notoriedade do lugar. **Arquitextos 093**. Texto Especial 460 – fevereiro 2008. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp460.asp>>. Acesso em: 12 jul. 2008.

MOURTHÉ, C. **Mobiliário Urbano**. Rio de Janeiro: 2AB, 1998.

MÜLLER, M. Cultural Heritage Protection: Legitimacy, Property, and Functionalism. **International Journal of Cultural Property**, n.7, v. 2, p. 395-409, 1998.

PROJETO CRISTO REDENTOR. Disponível em: <<http://www.corcovado.org.br/>>. Acesso em: 01 jul. 2008.

RIBEIRO, G. S. **Proposta de procedimentos metodológicos para avaliação da acessibilidade física em sítios históricos urbanos**. Dissertação (Mestrado em Design). Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Design, Recife, 2008.

SOARES, C. G. F. **Acessibilidade ao Patrimônio Cultural: políticas públicas e desenvolvimento sustentável**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Brasília, 2003.

UBIERNA, J. A. J. Un Madrid para vivir: un Madrid Accesible a todos. Del Planeamiento urbano a la ejecución de proyectos e obras. *Revista Obras Públicas*, n. 3.360, p. 17-30, 1996.

VIÑAS, S. M. **Teoría Contemporánea de la Restauración**. Madrid: Editorial Síntesis, 2003.

ZANCHETI, S. M. et al. Da autenticidade nas cartas patrimoniais ao reconhecimento das suas dimensões na cidade. **Textos para Discussão – Série 3: Identificação do Patrimônio Cultural**, v. 28, 2008.